

ORIENTAÇÃO SEXUAL NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTA

Eloiana De Andrade Marinho¹

Sandra Elaine Aires de Abreu²

Resumo

O objeto de estudo desta pesquisa é o que a legislação educacional brasileira prescreve para orientação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental e como os professores lidam com esse conteúdo curricular. O objetivo geral é: analisar como a política pública educacional brasileira estabelece a orientação sexual nas escolas dos anos iniciais do ensino o fundamental. Analisar como os autores vêm o processo de ensino da temática orientação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental. Analisar o que os professores pensam a respeito do processo e ensino sobre a orientação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental. A metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho foi a pesquisa bibliográfica, a análise documental e a coleta de dados que foi complementada com aplicação de questionário, professores de 1º ao 5º ano de duas escolas públicas municipais de Anápolis. Uma é escola de tempo integral e a outra com turnos: matutino e vespertino. Mesmo depois de muitas décadas e tentativas, a educação sexual ainda chega em pleno século XXI tentando uma valorização e a entrada nos currículos pedagógicos. E vivemos em uma sociedade, com alto índice de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência, abusos sexuais, novas concepção de famílias, entre outros, sendo assim esta pesquisa contribui com a área, trazendo uma reflexão maior sobre o quão importante é falar sobre educação sexual nas escolas, contribuindo assim, para à formação de valores.

Palavras-chave: Orientação sexual. Professores. Legislação Educacional.

INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade com alto índice de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência, abusos sexuais, novas concepção de famílias, entre outros.

O trabalho de Orientação Sexual pode contribuir para a prevenção de problemas graves como o abuso sexual e a gravidez indesejada. As informações corretas aliadas ao trabalho de autoconhecimento e de reflexão sobre a própria sexualidade ampliam a consciência sobre os cuidados necessários para a prevenção desses problemas. Finalmente pode-se afirmar que a implantação de Orientação Sexual nas escolas

¹ Acadêmico graduando do curso de Pedagogia da UniEVANGÉLICA;

² Doutora em Educação. Professora do ISE/UniEVANGÉLICA, Orientadora da Pesquisa

contribui para o bem-estar das crianças e dos jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura. (BRASIL, 2001).

A discussão sobre a inclusão da temática da sexualidade no currículo das escolas vem se intensificando a cada década, por ser considerada importante no desenvolvimento integral do indivíduo. Com diferentes abordagens há registros de discussões e de trabalhos em instituições desde a década de 1920. A volta atual dessa questão veio junto com os movimentos sociais que se propunham, com a abertura política, a repensar sobre a função da escola e dos conteúdos por ela aplicados (BRASIL, 2001).

Falar de sexualidade ainda é um tabu aliado ao preconceito por parte dos educadores, pois em suas concepções, assuntos como estes deveriam ser tratados por familiares, onde cada um passaria o seu conceito e o que acha correto, mas muitos educadores, já nos dias atuais veem como necessidade, pois o papel do professor seria de orientar, auxiliando as crianças a se tornarem seres mais críticos e capazes de ter uma condição de vida melhor, precisamos preparar as crianças para enfrentar a realidade. Devemos acompanhar a evolução dessa nova geração, pois fora dos muros da escola, elas têm informações muito mais atrativas e rápidas, ao alcance das mãos.

Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa desde cedo no ser humano. Engloba o papel social do homem e da mulher, o respeito por si e pelo outro, as discriminações e os estereótipos atribuídos e vivenciados em seus relacionamentos, o avanço da AIDS e da gravidez indesejada na adolescência, entre outros, que são problemas atuais e preocupantes. (BRASIL, 2001).

Mesmo depois de muitas décadas e muitas tentativas, ainda no século XXI, a educação sexual não é valorizada e nem contempladas nos currículos escolares de forma efetiva. Por isso é necessário olhar para esse tema, que ainda é objeto de resistência e preconceito por parte de alguns educadores, para que eles se conscientizem da importância desse tema em sala de aula. Dizer não a esse novo conteúdo curricular que envolve questões de sexualidade, gênero, corpo e diversidade sexual, seria como dizer sim a violência e é por isso que esta pesquisa poderá ser uma contribuição à medida que levar os profissionais da educação resinificar os saberes,

sobre orientação sexual, trazendo uma reflexão maior sobre o quão importante é falar sobre educação sexual nas escolas, contribuindo assim, para a formação de valores.

Antes a resistência também vinha por partes das famílias, mas, nos dias atuais, elas sentem a necessidade que as escolas desenvolvam trabalhos com orientação sexual, pois acreditam que os educadores estão mais preparados, pois conhecem não só a sua importância, como também a dificuldade de falar abertamente sobre esse assunto em casa (BRASIL, 2001). As manifestações de sexualidade despertam em todas as faixas etárias. Ocultar, é o mesmo que reprimir e, infelizmente, é o que mais acontece pelos profissionais da escola, sendo retratado por eles que é papel exclusivamente da família. De fato, que essas informações nem sempre são o suficiente, pois os pais também tiveram pouca instrução em suas formações, e trazem consigo tabus e preconceitos, e religiosidade, associados à sexualidade que a criança apreende, influenciando grande parte da educação das crianças, reprimindo-a e deixando-a sem confiança de retratar suas curiosidades (BRASIL,2001).

Talvez por isso em pleno século XXI aconteça histórias de violência contra as crianças. Elas não se sentem à vontade ao relatar o que está acontecendo, preferem omitir e sofrerem caladas, descobrindo por si só as respostas. As crianças sofrem influências de outras fontes: de livros, da escola, de pessoas que não pertencem à sua família e, principalmente, da mídia, considerando que na maioria das vezes agindo de maneira determinante na formação sexual de crianças, jovens e adultos (BRASIL,2001).

A mídia produz propagandas, filmes e novelas fortemente erotizados, dirigidos a adultos, gerando excitação e um aumento na ansiedade relacionada às curiosidades sexuais das crianças, sendo que as crianças também tem acesso mas não os compreendem de maneira significativa, e quando perguntam são respondidas de maneira opressora, aprendendo desde muito cedo a esconder seus sentimentos, construindo conceitos errôneos e fantasiosos sobre a sexualidade, agindo como se fosse algo pecaminoso e errado falar do assunto (BRASIL,2001).

Na tentativa de refletir sobre a orientação sexual nas escolas é que estabelecemos como objeto de estudo: como a orientação sexual está prescrita na política educacional brasileira e como os professores do ensino fundamental lidam com

esse conteúdo curricular. Assim, a central deste trabalho é: Como a política pública educacional brasileira estabelece a orientação sexual nas escolas dos anos iniciais do ensino fundamental? E o objetivo geral é: Analisar como a política pública educacional brasileira estabelece a orientação sexual nas escolas dos anos iniciais do ensino o fundamental. E as questões específicas são: O que a legislação educacional brasileira determina para orientação sexual nos iniciais do ensino fundamental? Como os autores discutem o processo de ensino sobre a orientação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental? O que os professores pensam a respeito do ensino sobre orientação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental? E os objetivos específicas são: Verificar o que a legislação educacional brasileira determina para orientação sexual nos iniciais do ensino fundamental. Analisar como os autores vêm o processo de ensino da temática orientação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental. Analisar o que os professores pensam a respeito do ensino sobre a orientação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho foi a pesquisa bibliográfica, a análise documental e a coleta de dados foi complementada com aplicação de questionário. Os autores utilizados foram: Brasil (1998, 2001, 2016), Gagliotto (2014), Silva; Braga (2016). A legislação educacional analisada foi: Base nacional comum curricular, Referencial curricular para a educação infantil, Parâmetros Curriculares Nacionais.

O questionário foi respondido por 9 (nove) professores³ de 1º ao 5º ano de duas escolas públicas municipais de Anápolis. Uma é escola de tempo integral e a outra com turnos: matutino e vespertino.

1. A Legislação educacional brasileira e a orientação sexual no contexto escolar

A legislação educacional brasileira selecionada para analisar a orientação sexual foi: PCN"s volume 10, Base Nacional Comum Curricular, RCNEI.

³ Os professores serão identificados no decorrer do trabalho da seguinte forma: Professor 1 (P.1), Professor 2 (P.2), Professor 3 (P.3), Professor 4 (P.4), Professor 5 (P.5), Professor 6 (P.6), Professor 7 (P.7), Professor 8 (P.8), Professor 9 (P.9).

No Brasil ainda não existe uma lei específica sobre a inserção da orientação sexual nas escolas. Mas no ano de 1996 o MEC produziu os parâmetros curriculares nacionais, volume 10, expresso com temas transversais e que veio com a finalidade de dar suporte aos professores em suas metodologias pedagógicas. O referido documento está dividido em duas partes; a primeira que trata do tema pluralidade cultural, ou seja, discute a diversidade étnico e cultural em nossa sociedade, dando possibilidades do aluno conhecer melhor o Brasil, e a segunda, traz o tema orientação sexual, com informações sobre, o corpo humano, estabelecendo assuntos relacionados a atualidade, à conceitos e tabus, doenças sexualmente transmissíveis e discriminações como as de gênero. (BRASIL,2001).

Do mesmo modo ele também traz a reflexão sobre problematizações e questões relacionadas a emoções e valores recebidos ao longo da história por cada educador, justificando assim a importância de incluir Orientação Sexual como tema transversal nos currículos, discutindo o papel e a postura do educador e da escola. Trabalho que deve ser diferenciado do tratamento do ambiente familiar, também é constituído pelos blocos de conteúdo, critérios de avaliação e orientação didática, direcionada às primeiras quatro séries do ensino fundamental. Os parâmetros curriculares nacionais trazem reflexões e discussões de técnicos, professores, equipes pedagógicas, bem como pais e responsáveis, com a finalidade de orientar as ações pedagógica, levando em conta os princípios morais de cada um dos envolvidos e respeitando, também, os Direitos Humanos (BRASIL, 2001).

Vivemos em uma sociedade cada vez mais conectada, as redes sócias, e mídia em geral, tem influenciado cada vez mais no comportamento das pessoas, nem sempre com informações apropriadas e esclarecedoras, em geral de acordo com os parâmetros curriculares nacionais a escola tem o dever de abordar o que se passa na mídia, as repercussões transmitidas por diferentes meios de comunicações, com informações científicas, explicando os comportamentos associados a sexualidade existentes (BRASIL, 2001).

A orientação sexual vem com o trabalho de esclarecer questões que estão a nossa volta, onde cada vez mais crianças e adolescentes estão descobrindo a sexualidade e os limites dos seus próprios corpos, assim como o alto índice de gravidez

indesejada na adolescência, abuso sexual, prostituição infantil, o crescimento da AIDS, a discriminação salarial das mulheres no mercado de trabalho, ideologia de gênero, concepções de novas famílias são alguns dos pontos sociais que exigem posicionamento em favor de mudanças que garantam a todos a qualidade de vida previstas pela Constituição brasileira (BRASIL,2001).

Para trabalhar com orientação sexual, deve se levar em conta a idade da criança, cada fase de desenvolvimento, pois as questões a respeito da sexualidade mudam de acordo com cada fase. Por isso a importância do educador abordar questões de acordo com o interesse de cada fase (BRASIL,2001).

Segundo os PCNs “e por poderem ser abordados em ambos os ciclos de forma mais ou menos aprofundada e abrangente, os conteúdos do tema Orientação Sexual obedecerão à lógica interna de cada área no que se refere à sua divisão por ciclos.” (BRASIL,2001, p.96)

Embora o MEC tenha implantado os parâmetros curriculares como forma de amparo aos educadores, para Silva; Braga (2016), falar de educação sexual é um ponto que gera muitas discussões dentro e fora do espaço educativo, segundo as autoras em 1996 o ministério de educação cultural (MEC), produziu os parâmetros curriculares nacionais, volume 10, mas infelizmente não se percebeu nenhum avanço em se tratar de questões correlacionadas a orientação sexual. Pois ainda existe um preconceito aliado a um tabu muito forte por parte dos educadores.

A escola tem a função de gerar conhecimentos formal e científicos, estruturados ao longo da história, ajudando os seus alunos a enfrentar essa fase tão importante da vida sem mitologias e nem atropelos. Trazendo uma reflexão, e despertando, pais e professores sobre o que eles trazem consigo de bagagem de conhecimento, ao longo de suas vidas (SILVA; BRAGA,2016).

Os PCN"s vieram para guiar o trabalho dos professores, infelizmente isso acaba não acontecendo, pois verdadeiramente, eles não se sentem preparados e não se acham capazes de abordar questões relacionadas a temática, não foram instruídos, ao longo de suas vidas e em seus cursos superiores não se abordava orientação sexual em seus currículos pedagógicos. Assim o professor acaba trazendo para dentro de sala de aula, seus tabus, preconceitos e mitos (SILVA; BRAGA,2016).

Para Silva; Braga (2016) não basta simplesmente implantar documentos ou leis que auxiliam os futuros educadores, até porque que eles não são preparados de maneira correta em suas formações docentes nos cursos superiores. Documento nenhum se torna atrativo para eles, porém deveria existir nos currículos algo que os preparassem para enfrentar essa nova sociedade, pois em sala de aula são realidades que iram enfrentar, lidando com crianças que não tem medo de sanar suas curiosidades.

Sabemos que desde bebês, sentimos prazer em tocar o próprio corpo e deparamos com diferentes sensações que nos proporcionam o toque. Segundo o Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil⁴ (1998), a criança já nasce interligada com o outro, mesmo que seja para sobrevivência, ela sente prazer no mamar, no toque ao trocar as vestimentas, no banho, e aos poucos a criança vai construindo sua identidade.

A Base Nacional Comum Curricular⁵ (2016) que também veio como um suporte para os educadores, deixa bem claro que nós não trazemos somente características físicas e biológicas, mas acarretamos uma bagagem da nossa cultura, o que somos, e conhecimentos em relação ao gênero, à etnia ou raça, à classe, à religião e sexualidade.

Nestes termos, podemos dizer que a sexualidade está ligada desde muito cedo em nossas vidas, independentemente da idade, está relacionado com o prazer. Fingir que as crianças não passam por esse processo é recusar a realidade. Segundo o referencial curricular nacional para a educação infantil (1998) a sexualidade:

[...] é entendida como algo inerente, que está presente desde o momento do nascimento, manifestando-se de formas distintas segundo as fases da vida. Seu desenvolvimento é fortemente marcado pela cultura e pela história, dado que cada sociedade cria regras que

⁴ O Referencial vem com o objetivo, de auxiliar no processo educativo junto às crianças pequenas. "Atendendo às determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) que constitui, pela primeira vez na história de nosso país, que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica" (BRASIL,1998, p.06).

⁵ A Base Nacional Comum Curricular é uma exigência colocada para o sistema educacional brasileiro pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996; 2013), pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (Brasil, 2009) e pelo Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014), e deve se constituir como um avanço na construção da qualidade da educação. (BRASIL,2016, p.24)

constituem parâmetros fundamentais para o comportamento sexual dos indivíduos. (BRASIL,1998, p.17).

Para a Base Comum Curricular, as crianças, desde muito pequenas já conseguem distinguir através dos movimentos e sensações conhecimentos sobre o seu próprio eu, e em relação ao mundo e se expressam através de diferentes tipos de linguagem. Nas creches, pré-escolas e escolas, se trabalham desde muito cedo, o corpo da criança nas práticas pedagógicas, deixando bem claro cuidados e liberdades de se auto conhecerem, conscientizando as do que é seguro e o que pode se tornar um risco, então porque, falar de orientação sexual, descobrir o corpo e como ele pode dar prazer não faz parte do desenvolvimento da criança (BRASIL,2016).

Não podemos negar que o sexo é parte da vida das pessoas e, por esse motivo, a escola e a família necessitam auxiliar a construir nas crianças uma visão sem mitos nem preconceitos, estabelecendo um vínculo de confiança, onde cada criança poderá se abrir e conversar, relatando coisas que talvez aconteça com as mesmas, e que por causa do preconceito que se arrasta ao longo dos anos, isso as bloqueie, fazendo com que descubra sozinha ou de maneira errônea suas respostas, ou em outras ocasiões sofrem abusos sexuais e se contraem com medo da repressão, sofrem caladas porque não tem a quem contar (BRASIL,2016).

O Referencial nos alerta que como a criança é recebida e aceita no meio em que é inserida, tem um impacto muito importante na sua vida e formação, pois ela está em construção da sua identidade, e começando a interagir com o meio, cria-se autoconfiança, autoestima, autonomia, tudo que as capacita para adquirir competências para entender o que está em sua volta, tornando as corajosas para enfrentar seus medos e receios em relação ao outro. Falar de orientação sexual em sala de aula é mais que ações educativas, está sendo proporcionado, que se tornem capazes dentro de suas possibilidades, entenderem melhor o que se passa ao seu redor, dando a chance de intervir no contexto onde são inseridas (BRASIL,1998).

Diante disso a base nacional comum curricular propõe:

Todo esse quadro impõe desafios ao cumprimento, pela escola, de seu papel com relação à formação das novas gerações. Nesse sentido, é importante que a escola contribua para o desenvolvimento de uma

atitude crítica em relação ao conteúdo e à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais, preserve seu compromisso de estimular a reflexão e a análise aprofundada e, ao mesmo tempo, se valha desses recursos como meios para promover a aprendizagem, a comunicação e o compartilhamento de significados entre professores e estudantes. (BRASIL,2016, p.322).

A escola deve criar diferentes práticas pedagógicas, atendendo as necessidades de inserção social e sanando as curiosidades, pois não podemos esquecer que vivemos em uma sociedade imersa nas redes sócias e que as mídias e meios de comunicação em geral, a todo momento transmitem informações que atendem as curiosidades, claro que talvez nem sempre são absorvidas de maneira correta, mas que cada vez se tornam atrativos mais interessantes que a escola. Nesse sentido, as escolas enfrentam desafios em relação a formação dessa nova geração. Assim as escolas precisam ter um olhar diferenciado para as diferentes formas de violência, ao ser, compete ao professor redirecionar esse novo saber, formando sujeitos reflexivos e capazes de serem e fazer a diferença. (BRASIL,2016).

Falar de orientação sexual, é uma temática que envolve emoções, sentimentos e desejos, e que deste modo, não se pode simplesmente abordar temas com explicações superficiais sobre o aparelho reprodutor, masculino e feminino, essa nova geração vai além disso, querem sempre mais e mais. A orientação sexual deve ser feita com afeto, sem que os tabus e preconceitos que vem se perpetuando desde muito cedo, deixem se fazer presentes no desenvolvimento da sexualidade infantil. Os adultos devem se encorajar para as descobertas que as crianças têm em relação ao seu próprio corpo, mesmo que essas manifestações sejam de formas diferentes do adulto, sendo diferenciada a cada fase de sua vida (BRASIL,1998).

Podemos notar que, em todos os documentos analisados, há uma grande preocupação com o bem estar da criança, e que esses currículos prescritos olham a a orientação sexual como algo inerente do ser humano, e tendo como base o compromisso que a escola tem de propiciar uma formação demarcada pelos direitos democráticos, então é preciso considerar esses documentos na prática descentralizando as diferentes formas de violência na sociedade. Devemos entender que a instrução de forma correta, pode salvar vidas e que as crianças, que a cada dia se tonam vítimas e reféns de uma sociedade que desde cedo os ensinam a ser como

adultos, mas ao mesmo tempo repudia a ideia de que eles são capazes de perceber o que os cercam. Quando você quebra o silêncio, aí você se torna capaz de fazer alguma coisa!

Com o objetivo de verificar se as prescrições legais são levadas em consideração pelos professores pesquisados ao tratar do tema orientação sexual, perguntamos se eles utilizam as orientações sexuais dos PCNs, volume 10 referente a orientação sexual em sala de aula? 33% responderem sim, 22% responderam não e 45 % não responderam, nesse caso foi perguntado qual seriam essas orientações abordadas, somente um professor respondeu: “principalmente na prevenção” (P.7). Os demais não justificaram suas respostas.

Foi perguntado também aos entrevistados se na opinião deles a chegada dos PCNs, volume 10 referente a orientação sexual provocou alguma mudança em suas práticas pedagógicas? 11% responderam sim, 67% responderam não, e 23% não responderam. Questionados sobre quais foram essas mudanças, apenas 33% responderam. Dos que disseram não, a explicação foi: “Ainda não me inteirei totalmente nos PCNs” (P.5). “Trabalho com alfabetização e na minha prática não surgiu necessidade desta abordagem” (P.9). Dos que responderam sim, as respostas foram: “Sim, pois trouxe maiores orientações ” (P.4), mas não citaram quais seriam.

2. A orientação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental e o que pensam os professores

Falar de orientação sexual é um desafio para muitos educadores, pois todos de alguma maneira ou de outra trazem consigo suas próprias concepções. Mesmo a sexualidade fazendo parte da vida humana, para se ministrar esse conhecimento, não é tão natural quanto parece, deve-se haver preparo e ser pensado, debatido de maneira propicia a escolher a melhor forma de mediá-lo. Abafar seria aceitar que as crianças e adolescentes sofram riscos de abusos e represarias se tornando vítimas da deseducação sexual.

Mas a orientação sexual só se tornara algo inovador se a nossa sociedade, que mesmo em pleno século XXI, vive acarretada por mitos, tabus e preconceitos aceite que

é preciso, não limitando essa nova forma de educar. (BRASIL, 2001; BRASIL, 1998; BRASIL, 2016)

Reforçando o que foi mencionado para Gagliotto (2014), a educação sexual para famílias e escolas vem trazendo resistência, mesmo vivendo rodeados por mídias e meios de comunicação que a cada dia trazem concepções avançadas onde a sexualidade virou objeto de exposição, sendo tratado de uma forma desprovida de autenticidade, onde retratam o consumismo quantitativo.

Gagliotto (2014) ressalta que as práticas mudaram, que a sociedade mudou, e que os educadores e escolas precisam preparar e acompanhar a evolução das crianças dessa nova geração, auxiliando-as a enfrentar a realidade. Além dos muros da escola existe informações mais atrativas e rápidas ao alcance de suas mãos, e que como a sexualidade é um processo que se inicia desde a infância, a escola deve ter um papel fundamental de instruir, conscientizar, e preparar os professores, onde, falta esse preparo em suas formações docentes, e como o professor vai lidar com a condição da infância a autora destaca que ele deve estar apto a aprender sobre sexualidade, para orientar e transmitir um conhecimento com informações científicas, aos seus alunos, lhes dando uma condição melhor de vida.

Nesse sentido, Furlani (2011) lembra que a função da escola é se tornar significativa para a vida das pessoas, trazer uma contribuição para uma vida plena, promover a inclusão social, e tentar minimizar as desigualdades, além de sempre tentar democratizar o conhecimento. Assim a autora deixa claro que independentemente de paradigmas pedagógicos políticos, ela ressalta que existe uma importância muito grande na inclusão de educação sexual nos currículos escolares, pois ele é coerente com uma escola útil a formação integral de crianças e adolescentes e uma sociedade.

- As crianças sexualmente saudáveis são.
- São crianças que se sentem bem com seus corpos;
- Que respeitam os membros da família e outras crianças;
- Que entendem o conceito de privacidade;
- Que tomam decisões adequadas a sua idade;
- Que ficam à vontade para fazer perguntas;

- Que se sentem preparadas para a puberdade. (HAFFER,2005, p.20 apud FURLANI, 2011, p. 65).

Assim podemos dizer então que a escola tem o papel de ensinar as crianças a pensarem e tomarem decisões antes de agir, contribuindo para que elas possam ter uma vida plena. Como a sexualidade, é edificada discursivamente e que se manifesta na infância, adolescência e chegando até a terceira idade a escola deve despertar e mudar o comportamento em relação as informações que oferece, pois com isso a escola sempre será atrasada em relação as expectativas e as práticas sociais das crianças e jovens, pois as informações chegarão tardiamente (FURLANI, 2011).

Para Furlani (2011), deve se primeiramente desconstruir a ideia de que a sexualidade simplesmente só serve para a reprodução e que capacitação para tal só se dá na maturação biológica, período denominado da puberdade, assim para ela não justificaria a sexualidade antes disso na infância, onde se começa a descoberta do corpo, e brincar com as genitais é uma etapa desse aprendizado, e está presente na infância. Sendo assim o autoconhecimento, aumenta a socialização e a interação com o social.

A escola necessita trabalhar em cima de alguns princípios e que fundamentalmente não se deve haver segregação de gênero nos conhecimentos apresentados a meninos e meninas, havendo sempre coeducação e convivência mutua; que meninos e meninas devem e podem ter os mesmos brinquedos, pois isso não deliberaria, e nem motivaria a sexualidade da criança; que a linguagem usada para falar de educação sexual deve contemplar tanto o conhecimento científico quanto o popular, familiar e cultural pois a escola necessita considerar validos igualmente os saberes populares; e para a autora um dos fatores mais difíceis de ser aceito e compreendido pelas pessoas, é que existe muitos modos de sexualidade e gênero e que se expressam de formas diferentes em cada pessoa, e que os professores independente do que pensam ou acreditam podem ter alunos se construindo homossexuais, e como a escola parte do princípio de que gentileza gera gentileza, não se pode esquecer de que ali existe um ser que precisa de ser amado e respeitado (FURLANI, 2011).

De acordo com Furlani:

Resgatar valores humanos e considerar a diferença como positiva é contribuir para uma sociedade onde as pessoas sejam, efetivamente, mais felizes. Portanto, o conceito de „valores” pode ser visto como o conjunto de preceitos ou princípios humanos definidos na sociedade e baseados em entendimento ético, coletivamente tidos como válidos, bons. Em certa medida, pode ser entendido como “direitos humanos” ou sentimentos relevantes para o bem comum. (2011, p. 70 grifos do autor).

Então acima de qualquer coisa a orientação sexual pode discutir valores como respeito, solidariedade e direitos humanos, e que o papel da escola é passar informações científicas e propiciar o debate de temas apropriados a idade de cada turma, tentando com isso abrandar as angústias dos adolescentes em relação ao tema, e que o objetivo maior é fazer com que os jovens tenham uma vida saudável e claro que os valores morais e religiosos da família não se deve ser questionado em momento nenhum.

Perguntamos aos professores se eles consideravam orientação sexual um tema que deveria ser trabalhado nos anos iniciais do ensino fundamental? 78% responderam sim e 22% responderam não, solicitamos que justificassem sua resposta. A justificativa dos que responderam não foi:

“É um assunto delicado, a mídia está divulgando programas com temas sexuais, para idades cada vez mais jovens, (temas hétero e homossexuais), o que desperta a curiosidade das crianças, fazendo necessário a informação sem rótulos, ou preconceitos de modo a esclarecer e dar segurança, não sobre a orientação sexual, mas educação sexual e a partir do 5º ano”. (Professor 9, P.9).

Outro diz: “Nos anos iniciais isso acontece naturalmente a noção de menino e menina, já no ensino fundamental é extremamente importante, pois orienta para que seja evitado doenças sexualmente transmissíveis e gravidez indesejáveis. (P8).

Dos que responderam sim as justificativas foram: “Já que vivemos em um mundo cheio de informações” (P4), “Do 6ª ao nono ano, mas voltado para prevenir doenças e uma gravidez precoce” (P.1), “Desde que surja algum questionamento” (P.2), “Com o advento da super informações as crianças tendem a explorar esta temática as vezes sós. O professor orienta e explicara sem preconceito e de forma geral” (P.3), “Já que vivemos em um mundo de informações”, (P.4), “Momento que desperta a curiosidade

dos alunos” (P.5), “Porque devido as informações nas mídias, com colegas, muitas vezes deturpados, cabe as escolas fazer intervenções para esclarecer os alunos” (P.6), “Porque a criança recebe muitas informações como da mídia, que na grande maioria das vezes em nada são instrutivas” (P.7).

Também foi perguntado se eles trabalham orientação sexual em sala de aula? 67% responderam que não e 33% responderem que sim. Foi pedido que justificassem sua resposta dos que justificaram somente 77% responderam. Sendo que as respostas dos que responderam não foi: “São crianças pequenas” (P.1), “ Não está na matriz do municipal” (P.3), “Acho complicado porque pouco é discutido este tema no nosso meio profissional” (P.8), “ Não existe a curiosidade e nem surgiu ainda, quando houver o assunto será abordado” (P.9).

E aos que responderem sim: relatam que: “Quando surge alguma situação, discutimos de forma educativa e instrutiva” (P.7), “Através de textos, conversas formais dialogadas” (P.6), “É necessário, pois estão em uma idade onde já começam a aflorar o lado sexual” (P.4).

Questionou -se também, se eles consideram importante trabalhar orientação sexual em sala, questionou-se também quais temas que mereciam destaque de serem abordados. 89% responderam e 11% não responderam. Dos que responderam as respostas foram: “na minha turma não trabalho são crianças pequenas” (P.1), “No primeiro ciclo da alfabetização acho que não se faz necessário” (P.2), “Sim pois é importante formar cidadãos que possuam o senso de igualdade, respeito, empatia e fraternidade” (P.3), “Prevenções, DSTs, controle de natalidade” (P.4), “Sim. As fases do desenvolvimento, humano, a modificação do corpo, reprodução humana” (P.6), “Erotização, prevenção de doenças, pedofilia, conceitos errôneos e fantasiosos sobre a sexualidade, abuso sexual, gravidez indesejada” (P.7), “Sim desde que não seja confundida com a vida sexual adulta. É preciso cautela para lidar com assunto” (P.8), “Considero importante diferenciar para eles o que é carinho e o que é abuso, para poderem se defender, e educar sobre seu próprio corpo a se respeitar e exigir respeito” (P.9).

Perguntou-se também se quando questionados pelas crianças sobre questões relacionadas a orientação sexual como seria sua reação? Se respondia ou não a

questão? Porque? 60% dos professores responderam, que respondem mas deixaram em branco, não argumentando suas reações, e 40% responderam que respondem e justificaram suas respostas que foram: “De uma maneira simples e rápida” (P.1), “É importante que desde cedo aprendem a respeitar diferenças” (P.3), “Cada um aprende um conhecimento diferente e ruim muito” (P.6), “É natural. O cuidado deve ser com a criança que ainda não despertou ainda” (P.9).

Para finalizar foi perguntado na opinião deles em qual série deveria ser iniciada a orientação sexual? E que eles pudessem justificar sua opinião. 100% do questionário foi respondido.

56% dos entrevistados disseram que acreditam que a partir do 5^a ano, alegando que eles estão mais prontos, e que estão mais maduros para o assunto; 22% disseram depender do nível de curiosidade das crianças, e que não seria possível afirmar uma idade certa para começar, dependeria muito da maturidade; 11% a partir do 4^a ano, pois já são capazes de refletir sobre os que os rodeiam; e 11% quem disse que a orientação sexual é de responsabilidade da família.

A partir das repostas dadas pelos professores pesquisados podemos inferir que eles não se sentem preparados e que questões como essas traz muitos tabus e preconceitos é compreensível a insegurança e a preocupação, mas pode-se notar também a preocupação com o assunto, e que muitos estão procurando mudar atitudes, tendo como base que a escola tem um compromisso de propiciar um conhecimento científico, a essa nova sociedade contemporânea. E quanto a família ser a única responsável pela educação sexual, e o que fazer quando na maioria dos casos aquela própria família viola os direitos das crianças e jovens? Acredito que assim a escola seja responsável por encaminhar para as autoridades legais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos documentos selecionados para desenvolver essa pesquisa, tendo como base tudo que foi analisado, podemos notar que todos trazem consigo a preocupação do bem-estar da criança, retratam que a sexualidade é algo inerente do ser humano e que desde muito cedo estão propícios a este artifício, mas deixando bem

claro que nenhum induz a sexualidade do mundo adulto, e também retratam que é de fundamental importância a orientação de maneira correta de acordo com cada idade.

Os autores defendem que as escolas devem estar preparadas para receber essa nova geração de crianças, que vem de uma sociedade moderna, globalizada, e que todos os hábitos e comportamentos mudaram, mas também acreditam que deveriam existir nas instituições de ensino superior, nos currículos pedagógicos formações adequadas sobre o tema, os preparando com temáticas e conhecimentos teóricos sobre o assunto. Mas pode notar que mesmo sem essa formação os professores sentem uma preocupação sobre o assunto.

Mas no geral se fazendo necessário repensar sobre os processos da educação sexual, pois vivemos em uma sociedade, onde tudo mudou. A escola precisa acompanhar essa nova sociedade.

Enfim, reconheço que seja um dos principais desafios dos educadores, mas também acredito que se faz necessário a cada dia, pois a sociedade modificou então o ensino deve acompanhar esse desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC., 1998. 2v. _____. Parâmetros curriculares nacionais: 3. ed. Brasília: MEC, 2001. 164p.

_____. Base nacional comum curricular. 2 versão rev. Brasília: MEC, 2016.

GAGLIOTTO, Gisele Monteiro. A educação sexual na escola e a pedagogia da infância: matrizes institucionais, disposições culturais, pontencidades e perspectivas emancipatórias. Jundiaí, SP: Paco, 2014.

FURLANI, Jimena. Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade ético-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte, Autêntica, 2011.

SILVA, Solange Mendonca; BRAGA, Eliane Maio. Formação docente: mídia e a sexualidade. Disponível em: < http://alb.com.br/arquivo_morto/porta1/5seminario/PDFs_titulos/FORMACAO_DOCENTE_MIDIA_E_A_SEXUALIDADE.pdf>. Acesso em: 30 ago.2016.